



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS HUMANAS - CCSAH
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

LAURA BEATRIZ VERISSIMO PACHECO

**EMPREENDEDORISMO ACADÊMICO NAS EMPRESAS JUNIORES DE
DIREITO: ANÁLISE DO POTENCIAL EMPREENDEDOR DOS ESTUDANTES
DE DIREITO DE MOSSORÓ-RN**

MOSSORÓ/RN

2025

LAURA BEATRIZ VERISSIMO PACHECO

**EMPREENDEDORISMO ACADÊMICO NAS EMPRESAS JUNIORES DE
DIREITO: ANÁLISE DO POTENCIAL EMPREENDEDOR DOS ESTUDANTES
DE DIREITO DE MOSSORÓ-RN**

Monografia apresentada ao Curso de
Administração da Universidade Federal
Rural do Semi - Árido como requisito para a
obtenção do título de bacharela em
Administração.

Orientador: Ana Lúcia Brenner Barreto
Miranda

MOSSORÓ/RN

2025

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

P116e Pacheco, Laura Beatriz Verissimo.
Empreendedorismo acadêmico nas empresas
juniores de Direito: análise do potencial
empreendedor dos estudantes de Direito de
Mossoró/RN / Laura Beatriz Verissimo Pacheco. -
2025.
44 f. : il.

Orientador: Ana Lúcia Brenner Barreto Miranda.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Administração,
2025.

1. empreendedorismo acadêmico . 2. inovação. 3.
competências empreendedoras . 4. empresa júnior.
5. Direito . I. Miranda, Ana Lúcia Brenner
Barreto , orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

LAURA BEATRIZ VERISSIMO PACHECO

**EMPREENDEDORISMO ACADÊMICO NAS EMPRESAS JUNIORES DE
DIREITO: ANÁLISE DO POTENCIAL EMPREENDEDOR DOS ESTUDANTES
DE DIREITO DE MOSSORÓ-RN**

Monografia apresentada ao Curso de
Administração da Universidade Federal
Rural do Semi - Árido como requisito
para a obtenção do título de bacharela em
Administração.

Defendida em: 31 / 07 / 2025.

BANCA EXAMINADORA

Ana Lúcia Brenner Barreto Miranda, Prof. Dr. (UFERSA)
Presidente

Suely Xavier dos Santos, Prof. Dr. (UFERSA)
Membro Examinador

Giovanna Martins Wanderley, Prof. Me. (Unicatólica)
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

O curso de Administração foi uma busca para me encontrar. Hoje, ao fechar esse ciclo, vejo com mais clareza quem sou e o que quero para o meu futuro. Foi uma fase essencial e que aproveitei muito, e que com certeza vai me ajudar nos próximos passos da minha vida.

A gratidão que sinto hoje é enorme e difícil até de expressar por palavras. Primeiro, quero agradecer a Deus. Nos momentos em que pensei em desistir, foi Ele quem me segurou, enxugou minhas lágrimas e trouxe de volta a esperança. Se cheguei até aqui, foi porque nunca estive sozinha.

À minha família, meu maior apoio, que mesmo nas minhas inseguranças nunca deixou de estar ao meu lado. Os gestos de amor, palavra de incentivo e abraço foram minha força para continuar. Vocês são meu porto seguro.

Minha psicóloga Izadora foi uma bênção nessa jornada. Quando eu não via saída, ela acreditou em mim e me ajudou a encontrar coragem para seguir em frente. Sou muito grata por isso.

Mayara, minha amiga amada, obrigada por me lembrar que sou capaz, mesmo quando eu mesma duvidava. Sua força e suas palavras foram luz em momentos tristes.

Agradeço também a todas as pessoas que cruzaram meu caminho, com quem compartilhei sorrisos, apoio e aprendizado. Sem vocês, essa caminhada teria sido muito mais difícil.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o potencial empreendedor dos estudantes de Direito de Mossoró-RN a partir de sua participação em Empresas Juniores (EJs). A pesquisa parte da premissa de que o empreendedorismo acadêmico é uma ferramenta estratégica para modernizar a formação jurídica, tradicionalmente voltada para carreiras conservadoras. A investigação adota abordagem quantitativa, descritiva e de campo, com aplicação de questionário estruturado a 27 estudantes de instituições como UFERSA, UERN e Unicatólica. Os dados foram analisados à luz da teoria das Características Comportamentais Empreendedoras (CCE) de McClelland, agrupadas nos domínios de realização, planejamento e poder. Os resultados indicaram que os estudantes apresentam forte desenvolvimento em características ligadas à realização, como comprometimento, busca por qualidade e persistência, além de níveis moderados em planejamento e influência. A experiência em EJs demonstrou contribuição significativa para o fortalecimento de competências empreendedoras, como liderança, trabalho em equipe e iniciativa, consolidando-se como espaço formativo relevante. Conclui-se que as Empresas Juniores desempenham papel estratégico na construção de um perfil jurídico mais inovador, proativo e adaptado às demandas contemporâneas, destacando a importância de políticas educacionais que incentivem o empreendedorismo no ensino jurídico.

Palavras-chave: Empreendedorismo acadêmico. Direito. Empresas Juniores. Estudantes universitários. Competências empreendedoras.

ABSTRACT

This study aims to analyze the entrepreneurial potential of Law students in Mossoró-RN based on their participation in Junior Enterprises (JEs). The research is grounded in the premise that academic entrepreneurship is a strategic tool for modernizing legal education, which is traditionally oriented toward conservative careers. A quantitative, descriptive, and field-based approach was adopted, using a structured questionnaire applied to 27 students from institutions such as UFRSA, UERN, and Unicatólica. The data were analyzed based on David McClelland's theory of Entrepreneurial Behavioral Characteristics (EBC), grouped into the domains of achievement, planning, and power. The results indicated strong development of achievement-related traits such as commitment, quality pursuit, and persistence, along with moderate levels in planning and influence. Experience in JEs significantly contributed to strengthening entrepreneurial competencies such as leadership, teamwork, and initiative, establishing JEs as relevant educational spaces. It is concluded that Junior Enterprises play a strategic role in shaping a more innovative, proactive, and adaptable legal professional profile, highlighting the importance of educational policies that foster entrepreneurship in legal education.

Keywords: Academic entrepreneurship. Law. Junior Enterprises. University students. Entrepreneurial competencies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: ESTRUTURA DE QUESTIONÁRIO APLICADO	22
QUADRO 2: CARACTERÍSTICAS COMPORTAMENTAIS EMPREENDEDORAS	31

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: GÊNERO	24
GRÁFICO 2: IDADE	24
GRÁFICO 3: INSTITUIÇÃO DE ENSINO	26
GRÁFICO 4: PERÍODO EM CURSO	27
GRÁFICO 5: ESTÍMULOS UNIVERSITÁRIOS	28
GRÁFICO 6: INCENTIVO À INOVAÇÃO	29
GRÁFICO 7: PERFIL EMPREENDEDOR	29
GRÁFICO 8: PRÓPRIO NEGÓCIO	30
GRÁFICO 9: CARACTERÍSTICAS COMPORTAMENTAIS EMPREENDEDORAS	31
GRÁFICO 10: DESENVOLVIMENTO DAS CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCE	Características Comportamentais Empreendedoras
EJ	Empresa Júnior
EJs	Empresas Juniores
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
Unicatólica	Universidade Católica do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	Objetivos.....	11
1.1.1	Objetivo Geral	11
1.1.2	Objetivos Específicos	11
1.2	Justificativa	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1	Empreendedorismo.....	13
2.2	Ecossistema de Inovação.....	14
2.3	Características comportamentais empreendedoras (CCEs).....	15
2.4	Empreendedorismo acadêmico	16
2.5	Empresas Juniores (EJs).....	17
2.6	Empreendedorismo no curso de Direito.....	18
3	METODOLOGIA CIENTÍFICA.....	19
3.1	Tipo de pesquisa	19
3.2	Universo e Amostra	20
3.3	Instrumento de coleta de dados.....	21
3.4	Método de análise de dados.....	22
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	23
4.1	Perfil sociodemográfico e acadêmico dos estudantes	23
4.2	Percepções sobre a importância e o estímulo ao empreendedorismo na formação jurídica	27
4.3	Nível de desenvolvimento de características comportamentais empreendedoras	31
4.4	Contribuições das Empresas Juniores para o desenvolvimento de competências empreendedoras.....	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
	REFERÊNCIAS.....	39
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	42

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo acadêmico tem ganhado crescente relevância no cenário educacional contemporâneo, especialmente diante das exigências de um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico e competitivo. Essa vertente do empreendedorismo propõe a articulação entre ensino, pesquisa e extensão como meio de estimular, nos estudantes, a capacidade de inovação, liderança e atuação transformadora em suas respectivas áreas de formação (Garcia et al., 2012; Rocha et al., 2024). Nesse contexto, as universidades deixam de ser apenas espaços de transmissão de conhecimento teórico, passando a assumir o papel de agentes ativos na formação de profissionais empreendedores, capazes de identificar oportunidades, propor soluções e liderar mudanças na sociedade.

No Brasil, uma das iniciativas que mais se destacam na promoção do empreendedorismo acadêmico são as Empresas Juniores (EJs). Formadas e geridas por estudantes de graduação, essas organizações têm como objetivo oferecer serviços de consultoria sob a supervisão de professores, criando um ambiente de aprendizagem prática que estimula o protagonismo discente e o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais (Dolabela, 2023; Rocha; Santos, 2021). Além de ajudar na formação de alunos, as EJs também são ferramentas chave para inovação social e impacto local. Elas dão apoio a comunidades e a pequenos donos de negócios.

No campo do Direito, historicamente marcado por uma formação tradicional e voltada às carreiras jurídicas clássicas, o empreendedorismo ainda enfrenta desafios significativos. O perfil conservador do curso e a ausência, em muitos currículos, de disciplinas voltadas à inovação e à gestão dificultam a inserção de práticas empreendedoras no cotidiano acadêmico (Grisi, 2016; Vasconcelos, 2019). Entretanto, iniciativas como as Empresas Juniores têm se mostrado promissoras ao oferecer aos estudantes de Direito a possibilidade de desenvolver habilidades empreendedoras essenciais para uma atuação mais ampla e adaptada às demandas atuais da profissão (Dornelas, 2023; Rocha; Santos, 2021).

Dentre essas habilidades, destacam-se as chamadas características comportamentais empreendedoras (CCE), amplamente difundidas por David McClelland (1961) e posteriormente aplicadas em programas de empreendedorismo disseminados pelo mundo. Essas características incluem traços como iniciativa, persistência,

planejamento, busca de informações, comprometimento e autoconfiança, fundamentais para o sucesso em atividades empreendedoras. Sua presença nos estudantes de Direito envolvidos com empresas juniores é um dos focos centrais desta investigação.

Em Mossoró-RN, observa-se a presença de Empresas Juniores vinculadas a instituições de ensino superior que oferecem o curso de Direito, como a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e a Universidade Católica do Rio Grande do Norte (Unicatólica). A atuação desses grupos proporciona aos estudantes experiências que transcendem os limites da sala de aula e promovem o desenvolvimento de um perfil mais autônomo, inovador e comprometido com a realidade social. No entanto, ainda são escassos os estudos que investigam de forma sistemática o impacto das EJs na formação empreendedora dos estudantes de Direito, especialmente em contextos locais.

Dessa forma, este trabalho propõe-se a analisar o potencial empreendedor dos estudantes de Direito de Mossoró-RN, com base em sua participação em Empresas Juniores, buscando compreender de que maneira essas experiências contribuem para a formação de profissionais mais preparados para os desafios contemporâneos do mundo jurídico.

1.1 Objetivos

Para a realização e conclusão desta pesquisa foram definidos os seguintes objetivos.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o potencial empreendedor dos estudantes de Direito de Mossoró-RN a partir de sua participação em Empresas Juniores, considerando os impactos dessa vivência na sua formação acadêmica e profissional.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar o perfil sociodemográfico e acadêmico dos estudantes de Direito participantes de empresas juniores de Mossoró-RN;

- b) Avaliar a percepção dos estudantes sobre a importância e o estímulo ao empreendedorismo na formação jurídica;
- c) Mensurar o nível de desenvolvimento de características comportamentais empreendedoras (CCE);
- d) Investigar como a participação em Empresas Juniores contribui para o desenvolvimento de competências empreendedoras.

1.2 Justificativa

A escolha por investigar o empreendedorismo acadêmico no curso de Direito justifica-se pela necessidade de modernizar a formação jurídica, tradicionalmente voltada a carreiras públicas e práticas conservadoras. Diante das constantes mudanças no cenário social e econômico, torna-se essencial que os estudantes desenvolvam habilidades como liderança e inovação, a fim de acompanharem as exigências do mercado e atuarem de forma proativa em suas respectivas áreas.

As Empresas Juniores se destacam como espaços privilegiados para esse desenvolvimento, oferecendo experiências reais de mercado e incentivando a autonomia dos estudantes ainda durante a graduação. Além das competências técnicas e sociais, é possível desenvolver, nesse contexto, as características comportamentais empreendedoras apontadas por McClelland (1961), como iniciativa, persistência, planejamento, busca de informações e autoconfiança. Essas competências comportamentais têm impacto direto na formação de um perfil empreendedor, mais preparado para os desafios contemporâneos do Direito.

A importância das Empresas Juniores no contexto educacional foi reconhecida juridicamente por meio da Lei nº 13.267/2016, que regulamenta sua criação e funcionamento no Brasil. Essa legislação estabelece que as EJs devem ser formadas exclusivamente por estudantes de graduação, vinculadas a instituições de ensino superior, e orientadas para o desenvolvimento acadêmico e profissional por meio da prática de consultorias e projetos. Tal respaldo legal fortalece a legitimidade das EJs como ferramentas pedagógicas e incentiva sua expansão nos diversos cursos superiores, incluindo o Direito.

Mesmo com a regulamentação, há uma lacuna na produção científica que analise os efeitos concretos dessas iniciativas no campo jurídico, especialmente em cidades do interior, como Mossoró-RN.

Este trabalho se propõe a preencher essa lacuna, avaliando o potencial empreendedor dos estudantes de Direito envolvidos em EJs na cidade. Ao fazê-lo, contribui para o debate sobre a inovação no ensino jurídico e reforça a importância de práticas acadêmicas que preparem o estudante para um mercado mais dinâmico e exigente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta os conceitos essenciais para a compreensão do tema proposto. Serão abordadas as noções de empreendedorismo acadêmico, o papel das Empresas Juniores no desenvolvimento de características empreendedoras e os desafios e oportunidades da inserção do empreendedorismo no curso de Direito.

2.1 Empreendedorismo

O empreendedorismo, de acordo com Dornelas (2023), consiste na habilidade de transformar oportunidades em iniciativas concretas e inovadoras, orientadas para a geração de valor, com base em atitudes criativas e proativas diante das incertezas.

Em consonância ao conceito supramencionado, Baggio e Baggio (2014) alinha que o empreendedorismo representa o despertar do indivíduo para o aproveitamento integral de suas potencialidades racionais e intuitivas, traduzindo-se na disposição para aprender continuamente e para adaptar-se a novas experiências e paradigmas. Nesse contexto, o comportamento empreendedor não apenas impulsiona o indivíduo, mas também modifica e atualiza os ambientes em que está inserido, promovendo a ruptura com modelos obsoletos e o surgimento de soluções inovadoras.

A prática empreendedora está associada à formulação de soluções criativas e relevantes, que vão além da criação de negócios tradicionais. Entre os principais traços comportamentais ligados ao perfil empreendedor, a busca pela realização de metas, a coragem para enfrentar riscos e a confiança em suas próprias capacidades necessária para enfrentar obstáculos e persistir diante das incertezas. Assim, o empreendedorismo ultrapassa a lógica gerencial, exigindo inovação, resiliência e fé no próprio potencial para gerar impacto positivo no ambiente em que se atua (Silva; Silva, 2025).

O empreendedorismo, pautado na inovação, é uma ferramenta importante para impulsionar o desenvolvimento econômico e social. As universidades têm recebido maior

demanda para contribuir na solução de problemas da sociedade, o que reforça a criação de ecossistemas de inovação que conectam academia, setor produtivo e sociedade. Nesse contexto, o empreendedorismo acadêmico integra a “terceira missão” das universidades, envolvendo atividades voltadas à aplicação prática do conhecimento, como a comercialização de descobertas científicas e a formação de startups e empresas juniores, impactando positivamente a indústria e a comunidade (Rocha, et al, 2024).

2.2 Ecossistema de Inovação

O ecossistema da inovação é formado por múltiplos atores que interagem para fomentar a criação, a disseminação e a aplicação do conhecimento. Miri e Macke (2024) explicam que esses ecossistemas operam de forma integrada, articulando recursos, competências e instituições para fortalecer a inovação em diferentes contextos sociais e econômicos. No ambiente universitário, esse ecossistema favorece o surgimento de práticas como o empreendedorismo acadêmico, por meio da atuação de Empresas Juniores, incubadoras e programas de extensão, conectando a teoria à prática e ampliando a formação dos estudantes.

Nesse cenário, destaca-se o papel das arquiteturas helicoidais como modelos teóricos que explicam como os diferentes setores da sociedade interagem na geração de inovação. Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff em 1995 propuseram a Tríplice Hélice, enfatizando a colaboração entre universidade, governo e indústria, e introduzindo a figura da universidade empreendedora como catalisadora da inovação em uma economia do conhecimento. A partir dessa base, Elias Carayannis e David Campbell em 2009 ampliaram o modelo para a Quádrupla Hélice, incorporando a sociedade civil como agente ativo dos processos inovadores. Posteriormente, os mesmos autores, em 2010, propuseram a Quíntupla Hélice, que adiciona a perspectiva ambiental às interações anteriores (Quaresma et al., 2024)

Esses modelos refletem a crescente complexidade dos processos inovadores, que vão além da dimensão tecnológica e incluem aspectos sociais, culturais, ecológicos e institucionais. Para Quaresma et al. (2024), cada hélice representa uma perspectiva única na produção e circulação do conhecimento, sendo a universidade uma peça-chave para articular saberes e estimular transformações sustentáveis. A atuação da academia em modelos helicoidais favorece o desenvolvimento de competências coletivas e promove o engajamento de diferentes atores sociais, fortalecendo o potencial de inovação sistêmica.

2.3 Características comportamentais empreendedoras (CCEs)

O comportamento empreendedor está fortemente relacionado a um conjunto de competências individuais que influenciam a maneira como o sujeito identifica oportunidades, toma decisões e lida com desafios. Nesse sentido, a teoria das necessidades adquiridas, desenvolvida por David McClelland, em 1961, representa um marco na compreensão do perfil empreendedor, ao identificar um conjunto de dez características comportamentais que distinguem empreendedores bem-sucedidos.

As características elencadas por McClelland foram agrupadas em três grandes categorias: realização, planejamento e poder. No grupo de realização, destacam-se comportamentos como a busca de oportunidades e iniciativa, persistência, comprometimento, exigência de qualidade e eficiência, além da disposição para correr riscos calculados. Já no grupo de planejamento, incluem-se o estabelecimento de metas, o planejamento sistemático e a busca constante por informações relevantes. Por fim, no grupo de poder, encontram-se competências como persuasão, formação de rede de contatos, independência e autoconfiança (Oliveira; Silva; Araújo, 2014).

De acordo com Cruz e Moraes (2013), empreendedores bem-sucedidos tendem a apresentar características como postura proativa, resiliência diante de adversidades, capacidade estratégica de tomada de decisão e habilidade em mobilizar recursos e pessoas para alcançar seus objetivos.

Complementando essa visão, Fillion (1997) afirma que o empreendedor é aquele que constrói um sistema de relações e informações em torno de um projeto, guiado por uma visão clara e determinada. Para ele, o comportamento empreendedor está ligado à capacidade de desenvolver uma rede de contatos eficaz, ao estabelecimento de metas e à criação de um modelo mental que direcione suas ações, com foco no futuro e na concretização de objetivos.

Estes os autores contribuem para a compreensão de que o empreendedorismo não é apenas uma questão de criar negócios, mas envolve atitudes específicas que impulsionam ações inovadoras e proativas.

No contexto universitário, essas características podem ser estimuladas por meio da atuação em empresas juniores, que, conforme aponta Gonçalves et al. (2022), proporcionam experiências práticas que favorecem o desenvolvimento de habilidades

como iniciativa, liderança, trabalho em equipe, responsabilidade e visão estratégica, contribuindo para a formação empreendedora dos estudantes.

2.4 Empreendedorismo acadêmico

O empreendedorismo acadêmico pode ser compreendido como a integração entre o conhecimento produzido nas universidades e as demandas da sociedade, por meio de iniciativas inovadoras que articulam ensino, pesquisa e extensão. Essa abordagem tem ganhado destaque nas últimas décadas, impulsionada pela consolidação de uma economia baseada no conhecimento, em que o saber deixa de ser apenas um fim intelectual e passa a desempenhar papel fundamental no desenvolvimento econômico e social (Martins, 2022).

Empreendedorismo acadêmico pode ser compreendido como o conjunto de ações, competências e atitudes desenvolvidas no ambiente universitário que visam à criação de soluções inovadoras, à aproximação entre universidade e sociedade e ao fortalecimento da autonomia e da proatividade dos estudantes. Envolve experiências como empresas juniores, incubadoras, projetos interdisciplinares e práticas que estimulam a iniciativa e a aplicação prática do conhecimento científico em prol do desenvolvimento social e econômico (Sousa; Florêncio, 2023).

Nesse sentido, Garcia et al. (2012) afirmam que o empreendedorismo acadêmico vai além da simples criação de empresas, envolvendo também a formação de competências, atitudes e comportamentos empreendedores entre os universitários.

De acordo com Rocha et al. (2024), o empreendedorismo acadêmico consiste na promoção de iniciativas inovadoras no ambiente universitário, por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de formar profissionais mais autônomos, críticos e socialmente comprometidos. Essa abordagem proporciona aos estudantes vivências práticas que estimulam a criatividade, a capacidade de resolver problemas e a atuação empreendedora ainda durante a graduação.

As universidades, nesse novo contexto, assumem um papel central na promoção da inovação. Ao lado da indústria e do governo, elas compõem o modelo conhecido como *triple helix*, proposto por Etzkowitz (2008), o qual propõe uma interação entre essas três esferas institucionais, rompendo com a lógica tradicional de separação entre elas. A universidade empreendedora, dentro dessa perspectiva, atua de forma ativa na geração de conhecimento aplicado, na criação de startups, na transferência de tecnologia e no

fortalecimento do ecossistema de inovação, especialmente no nível regional. Essa transformação institucional exige mudanças nas estruturas acadêmicas e na mentalidade dos próprios atores envolvidos, promovendo um novo paradigma de atuação universitária.

Nesse cenário, o empreendedorismo deixa de ser um campo exclusivo das áreas de negócios e passa a ser tratado como uma competência transversal no ensino superior. A formação empreendedora, portanto, deve ser incorporada como um eixo estruturante dos currículos, independentemente da área de conhecimento (Fonseca; Nassif, 2022).

Segundo Degen (2009), fomentar o empreendedorismo nas universidades significa oferecer aos estudantes oportunidades para desenvolver autonomia, criatividade e capacidade crítica, preparando-os para enfrentar desafios complexos com soluções inovadoras.

Dornelas (2023) aponta que experiências práticas, como a participação em empresas juniores e programas de incubação, favorecem o amadurecimento das habilidades empreendedoras, além de ampliar a visão crítica e inovadora dos estudantes sobre o mundo do trabalho.

A vivência em ambientes empreendedores no meio acadêmico favorece o desenvolvimento de autonomia, criatividade e resolução de problemas, proporcionando um diferencial na formação profissional e ampliando a atuação proativa dos estudantes (Sousa; Florêncio, 2023).

Segundo Chiavenato (2014), essa formação empreendedora fortalece não apenas a empregabilidade, mas também a aptidão para gerar novos negócios, liderar projetos e contribuir de forma ativa para o desenvolvimento de soluções transformadoras.

2.5 Empresas Juniores (EJs)

As Empresas Juniores (EJs) configuram-se como importantes instrumentos de estímulo ao empreendedorismo acadêmico. Reguladas pela Lei nº 13.267/2016, essas organizações são formadas e geridas exclusivamente por estudantes de ensino superior, com o propósito de realizar projetos e serviços nas suas áreas de formação, sob a orientação de professores e profissionais qualificados. Seu funcionamento visa, sobretudo, ao desenvolvimento do aprendizado prático e à formação de competências profissionais e empreendedoras. (Rocha et al, 2020)

A participação em empresas juniores demonstra fomentar o comportamento empreendedor e facilitar a inserção de estudantes egressos em grandes organizações, as

quais reconhecem a experiência adquirida nesses projetos acadêmicos como valiosa para o desenvolvimento profissional." (Rocha; Santos, 2021).

As Empresas Juniores (EJs) funcionam como ambientes de aprendizagem organizacional dinâmicos, onde a vivência prática em projetos estimula a aquisição, disseminação e aplicação de conhecimentos. Essa imersão permite que os estudantes desenvolvam habilidades empreendedoras como iniciativa, proatividade e visão de negócios, por meio da resolução de problemas reais, da interação com o mercado e do trabalho colaborativo (Cassiano et al., 2022).

Do ponto de vista educacional, as EJs oferecem um espaço dinâmico para a aplicação de conhecimentos teóricos, promovendo o aprendizado por meio da prática. Segundo Pinho et al. (2011), a vivência em EJs desenvolve habilidades como liderança, comunicação, trabalho em equipe, tomada de decisão e visão estratégica. Esses elementos são essenciais para a formação de um perfil empreendedor, principalmente em áreas nas quais essa abordagem ainda não é consolidada, como o Direito.

Dessa forma, as EJs não só preparam os futuros profissionais para o mercado de trabalho, mas também os incentivam a criar seus próprios empreendimentos, contribuindo ativamente para o desenvolvimento socioeconômico regional (Cassiano et al., 2022).

2.6 Empreendedorismo no curso de Direito

No âmbito do curso de Direito, o empreendedorismo ainda enfrenta desafios consideráveis. Tradicionalmente orientado por uma lógica conteudista e voltada para concursos públicos, o curso jurídico brasileiro muitas vezes negligencia a formação de competências voltadas para a inovação, a gestão e a criação de soluções jurídicas empreendedoras. Essa cultura acadêmica, enraizada em valores normativos e em estruturas pedagógicas rígidas, representa uma das principais barreiras à implementação de práticas empreendedoras no campo jurídico (Vasconcelos, 2019).

Contudo, essa realidade vem sendo gradualmente transformada. De acordo com Grisi (2016), o empreendedorismo jurídico surge como um novo caminho profissional que amplia as possibilidades de atuação do bacharel em Direito, indo além das carreiras tradicionais. Esse novo paradigma implica em pensar o Direito não apenas como um campo técnico, mas como um espaço de inovação social e econômica, em que o profissional pode criar serviços, produtos e modelos de negócio voltados para a solução de conflitos e o acesso à justiça.

Nesse contexto, o perfil tradicional do estudante de Direito, muitas vezes focado na memorização de normas e no raciocínio lógico-formal, precisa ser complementado por habilidades como criatividade, pensamento estratégico, empatia e capacidade de adaptação. A vivência em EJs contribui significativamente para essa transformação, ao inserir o estudante em situações reais de tomada de decisão, relacionamento com clientes, resolução de problemas e gestão de projetos (Rocha; Santos, 2021).

A experiência empreendedora vivenciada nas EJs permite ao estudante perceber o Direito sob uma ótica mais prática e dinâmica, além de promover o desenvolvimento de uma postura proativa frente aos desafios da profissão. Como destaca Dornelas (2023), o ambiente universitário, quando aliado a iniciativas como as EJs, atua como catalisador de uma formação mais completa, preparando o aluno não apenas para exercer o Direito, mas para empreender dentro dele.

3 METODOLOGIA CIENTÍFICA

3.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa caracteriza-se, quanto à natureza, como uma pesquisa pura, pois busca o avanço do conhecimento científico sobre o potencial empreendedor dos estudantes de Direito que atuam em Empresas Juniores no município de Mossoró-RN, sem preocupação imediata com a aplicação prática dos resultados.

Conforme Gil (2008), a pesquisa pura tem como objetivo desenvolver conhecimentos científicos, formalizados e generalizáveis, visando à construção de teorias e leis. Esse estudo contribui para a compreensão teórica do empreendedorismo acadêmico na área jurídica, fornecendo subsídios para investigações futuras.

A presente pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, utilizando técnicas estatísticas descritivas para análise dos dados coletados. Foram calculadas frequências absolutas e relativas com o objetivo de identificar padrões e tendências no desenvolvimento das características empreendedoras dos estudantes de Direito de Mossoró-RN. A interpretação dos resultados foi realizada à luz do referencial teórico, permitindo uma compreensão contextualizada e fundamentada dos dados obtidos.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois busca-se identificar, registrar, analisar e interpretar as características do fenômeno estudado, especialmente no que se refere ao perfil empreendedor dos estudantes participantes.

De acordo com Lakatos e Marconi (2010), a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los, com o intuito de identificar suas particularidades. A intenção é compreender a relação entre a vivência em empresas juniores e o desenvolvimento de competências empreendedoras no campo do Direito.

Em relação aos procedimentos técnicos, esta é uma pesquisa de campo, pois os dados serão coletados diretamente com os sujeitos da pesquisa, por meio da aplicação de um questionário estruturado. Para Gil (2008), a pesquisa de campo é realizada no local onde o fenômeno ocorre, possibilitando contato direto com os participantes da pesquisa e coletando dados primários relevantes.

3.2 Universo e Amostra

O universo da pesquisa compreende os estudantes regularmente matriculados nos cursos de Direito das instituições de ensino superior localizadas em Mossoró-RN, que estejam envolvidos com Empresas Juniores.

Nesta pesquisa, foram consideradas as seguintes instituições: Centro Universitário Católica do Rio Grande do Norte (Unicatólica-RN), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), por possuírem cursos de Direito ativos e Empresas Juniores em funcionamento. Ressalta-se que, embora o município também conte com cursos de Direito ofertados pela UNP e Uninassau, essas instituições não participaram da presente pesquisa por inviabilidade de acesso aos participantes.

As Empresas Juniores participantes são compostas, atualmente, por 25 membros na UFERSA, 25 membros na UERN e 6 membros na Unicatólica, totalizando 56 integrantes no período da coleta de dados. O número efetivo de respondentes será apresentado e analisado na próxima seção deste trabalho.

A amostra da pesquisa foi composta por 27 respondentes, selecionados de forma não probabilística, por conveniência, considerando os membros das respectivas EJs que aceitaram voluntariamente participar do estudo, mediante o preenchimento do questionário. A escolha desse tipo de amostra justifica-se pela facilidade de acesso ao público-alvo e pela adequação aos objetivos da pesquisa, uma vez que se busca compreender as percepções e características empreendedoras de indivíduos diretamente envolvidos com o fenômeno estudado.

3.3 Instrumento de coleta de dados

Para a coleta de dados da pesquisa, foi utilizado um questionário estruturado, elaborado pela pesquisadora com base na literatura científica sobre empreendedorismo acadêmico e nas características comportamentais empreendedoras, abordadas por autores como Dornelas (2023), Dolabela (2023), McClelland (1961) e (Rocha; Santos, 2021). O instrumento foi desenvolvido com o objetivo de alcançar os objetivos específicos da pesquisa, organizando-se em quatro partes, conforme descrito a seguir:

Parte 1 – Perfil do Respondente: Esta seção visa identificar o perfil sociodemográfico e acadêmico dos participantes, com perguntas sobre gênero, idade, instituição de ensino, período do curso e participação em Empresa Júnior. Esta parte foi construída com base em variáveis comuns em pesquisas sociais (Gil, 2008), para caracterização básica da amostra.

Parte 2 – Experiência com Empresas Juniores: Esta parte busca compreender a trajetória do estudante na EJ, abordando função ocupada, percepção sobre o desenvolvimento profissional, competências adquiridas e impacto na formação empreendedora. As questões foram baseadas nas contribuições de Dornelas (2023), que trata do empreendedorismo como prática, e de (Rocha; Santos, 2021), que defende a EJ como espaço privilegiado para o desenvolvimento de competências empreendedoras.

Parte 3 – Características Comportamentais Empreendedoras – CCE: Esta seção utiliza uma escala do tipo Likert (1 a 5) para avaliar a frequência com que o estudante manifesta comportamentos típicos do perfil empreendedor. Os itens abordam aspectos como iniciativa, persistência, planejamento, autoconfiança, busca de oportunidades e influência interpessoal. Esta parte foi baseada no modelo teórico das Características do Comportamento Empreendedor (CCE) proposto por McClelland (1961), adaptado por Dornelas (2023) para o contexto educacional.

Parte 4 – Percepção sobre Empreendedorismo Acadêmico: Investiga a percepção dos estudantes sobre a importância do empreendedorismo na formação jurídica, o incentivo institucional, o ambiente universitário e o próprio perfil empreendedor. Fundamenta-se principalmente nas reflexões de Dornelas (2023) e Dolabela (2023), que tratam do empreendedorismo como competência transversal no ensino superior.

Quadro 1: Estrutura de questionário aplicado

PARTE	Nº DE QUESTÕES	AUTORES DE REFERÊNCIA
1. Perfil do Respondente	5	Gil (2008)
2. Experiência com Empresas Juniores	4	Rocha e Santos (2021)
3. CCE – Características Empreendedoras	10	McClelland (1961) e Dornelas (2023)
4. Percepção sobre Empreendedorismo	5	Dolabela (2023) e Dornelas (2023)

Fonte: elaboração própria, (2025).

O questionário foi aplicado online, por meio da plataforma Microsoft Forms, com divulgação direcionada às Empresas Juniores dos cursos de Direito da UFERSA, UERN e Unicatólica. Todas as respostas foram anônimas, com garantia de sigilo e uso exclusivo para fins acadêmicos.

Embora não tenha sido realizado um pré-teste formal, o instrumento passou por uma validação informal por leitura crítica de colegas e professores, a fim de assegurar a clareza, relevância e coerência das perguntas com os objetivos da pesquisa.

3.4 Método de análise de dados

Os dados obtidos por meio do questionário estruturado, composto por questões predominantemente fechadas, foram submetidos a uma análise estatística descritiva, com o uso de frequências absolutas e relativas. Esse tipo de análise permitiu quantificar as respostas dos participantes, facilitando a identificação de padrões, tendências e comportamentos recorrentes entre os estudantes de Direito vinculados às Empresas Juniores de Mossoró/RN.

A análise foi realizada em duas etapas: inicialmente, foi feito o tratamento estatístico primário dos dados, organizando os resultados em tabelas e percentuais; em seguida, procedeu-se à interpretação dos dados, com base no referencial teórico adotado, buscando compreender o significado dos achados e sua relação com o potencial empreendedor dos respondentes.

Esse método permitiu uma abordagem objetiva e sistemática, sem perder de vista o contexto acadêmico e comportamental dos estudantes investigados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, apresentam-se os resultados da pesquisa, organizados com base nos objetivos específicos propostos, acompanhados da respectiva discussão à luz da literatura revisada

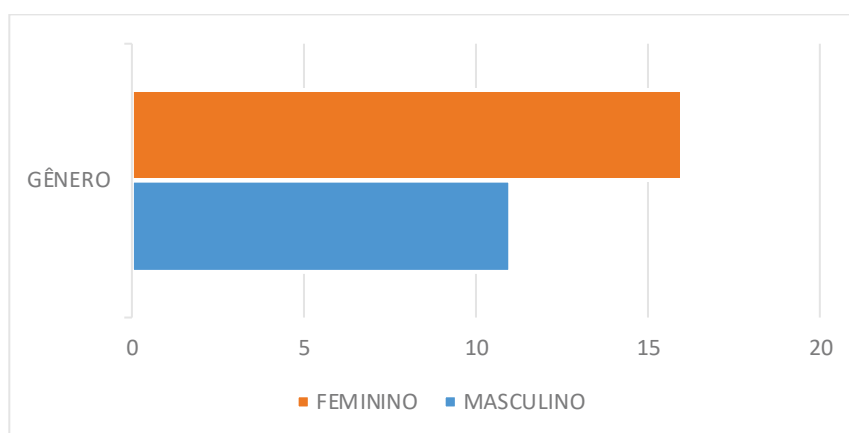
4.1 Perfil sociodemográfico e acadêmico dos estudantes

A caracterização do perfil sociodemográfico e acadêmico dos participantes permitiu compreender melhor o público envolvido com o empreendedorismo acadêmico nas Empresas Juniores de Direito em Mossoró-RN. Ao todo, 27 estudantes responderam ao questionário.

Em relação ao gênero, o gráfico 1 demonstra que a maioria dos respondentes se identificou como do sexo feminino (16 estudantes, o que representa 59,3%), enquanto 11 participantes se identificaram como do sexo masculino (40,7%). Esse dado confirma a predominância feminina observada nos cursos de Direito no contexto regional, alinhando-se a tendências nacionais que indicam o aumento da presença feminina no ensino superior, especialmente em áreas das Ciências Sociais Aplicadas (Rocha et al., 2022).

Segundo o Censo da Educação Superior de 2023 (Brasil, 2024), as mulheres representam a maioria dos ingressantes, matriculados e concluintes no ensino superior brasileiro, sendo também predominantes no curso de Direito, onde representam 57% do total. Os dados da presente pesquisa confirmam essa tendência, uma vez que a maioria dos participantes das empresas juniores investigadas se identificou com o gênero feminino, indicando que esse padrão se repete nesse contexto acadêmico específico.

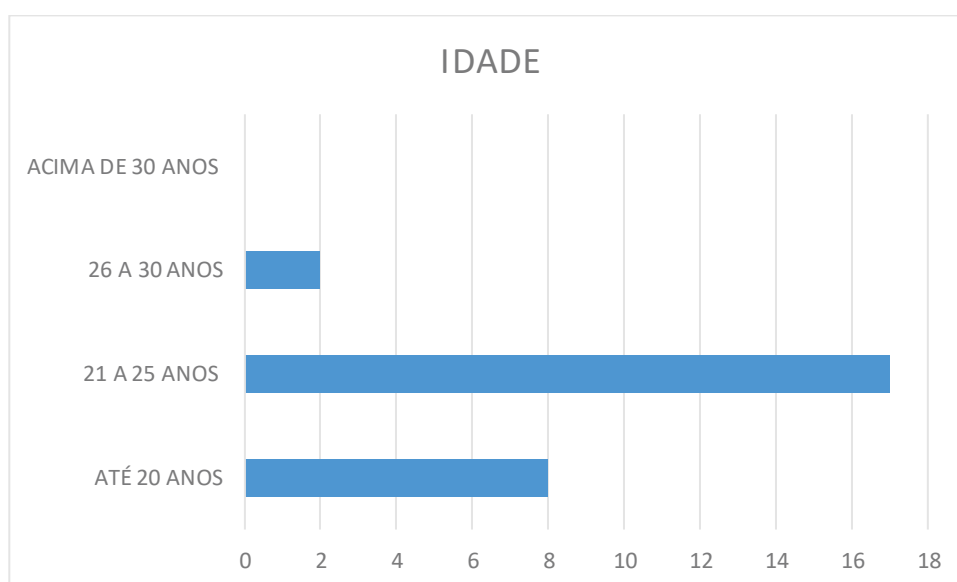
GRÁFICO 1: GÊNERO



Fonte: Elaboração própria

No que tange à faixa etária, os dados apontam uma concentração de estudantes jovens: 17 respondentes (63%) possuem entre 21 e 25 anos; 8 (29,6%) têm até 20 anos; e apenas 2 estudantes (7,4%) estão na faixa de 26 a 30 anos. Nenhum participante declarou ter mais de 30 anos. Esses resultados, explicitados no gráfico 2, indicam um público em sua maioria em idade típica de graduação, característica favorável à adoção de práticas inovadoras e à abertura para experiências de aprendizagem empreendedoras, conforme destacado por Dornelas (2023).

GRÁFICO 2: IDADE



Fonte: Elaboração própria

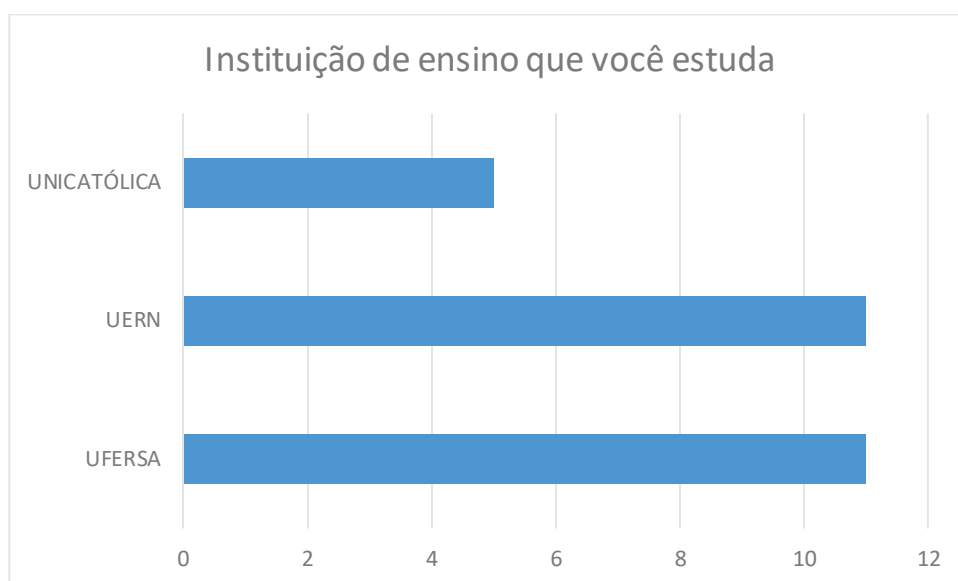
A Empresa Júnior da UERN contava com 25 integrantes, dos quais 11 responderam à pesquisa, representando uma taxa de resposta de 44%. A mesma proporção foi observada na UFERSA, cuja EJ também possuía 25 membros e teve 11 respondentes (44%). Já a EJ da Unicatólica tinha 6 integrantes, dos quais 5 participaram, correspondendo a 83% do total, evidenciados no gráfico 3.

O percentual maior de respondentes das instituições públicas reflete a maior quantidade de integrantes nessas EJs, o que pode estar associado ao incentivo ao empreendedorismo acadêmico por meio das Empresas Juniores, que possui maior visibilidade nesse segmento, possivelmente em razão das políticas de extensão universitária e do apoio institucional previstos na Lei nº 13.267/2016.

A extensão universitária é historicamente mais estimulada nas instituições públicas, que contam com maior estrutura e tradição para desenvolver atividades de caráter extensionista. Em contrapartida, as instituições privadas ainda apresentam um envolvimento mais tímido nessa área, o que impacta diretamente na visibilidade e no suporte dado a iniciativas como as Empresas Juniores (D’ottaviano; Bassani, 2022).

Essa realidade também é influenciada pela regulamentação vigente: somente em 2014 foi publicada a Lei Federal nº 13.005/2014, que estabeleceu o Plano Nacional de Educação e definiu as responsabilidades das universidades no que se refere às suas funções institucionais de ensino, pesquisa e extensão. Essa lei determina, entre outras obrigações, que pelo menos 10% dos créditos curriculares dos cursos de graduação sejam destinados às atividades de extensão, reforçando a importância dessa dimensão para a formação acadêmica e cidadã dos estudantes.

GRÁFICO 3: INSTITUIÇÃO DE ENSINO

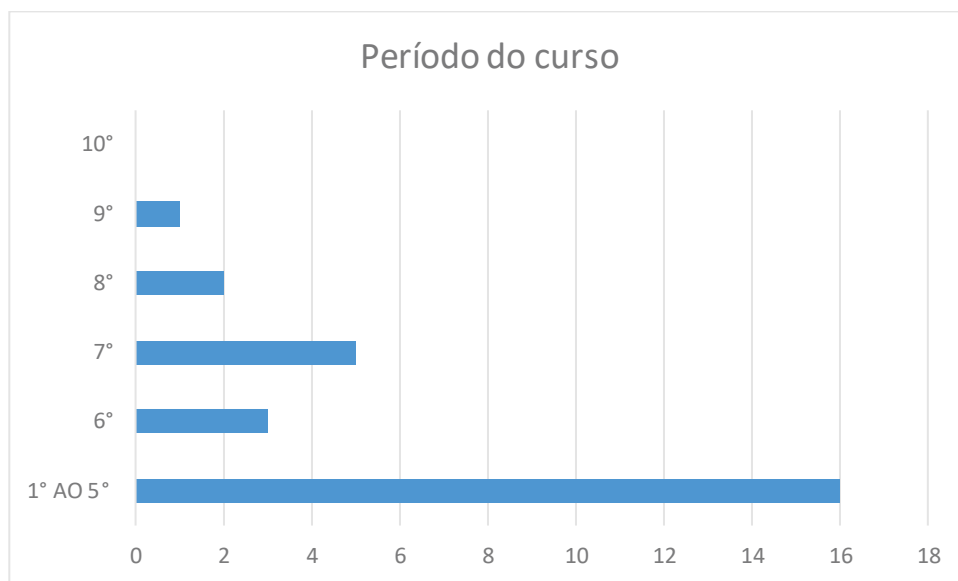


Fonte: Elaboração própria

No que se refere ao período do curso, o gráfico 4 traz que a maioria dos participantes está entre o 1º e o 5º período (16 estudantes, 59,3%), esse dado indica o interesse precoce de estudantes em estágios iniciais da graduação pelo tema do empreendedorismo. Já entre os períodos mais avançados, observou-se a seguinte distribuição: 6º período (3 alunos), 7º período (5 alunos), 8º período (2 alunos) e 9º período (1 aluno), com nenhum estudante do 10º período.

A concentração de respondentes nos períodos iniciais pode estar associada ao desejo de inserção em experiências extracurriculares desde os primeiros semestres, o que confirma a relevância das Empresas Juniores como espaços formativos complementares à matriz curricular, como apontam Pinho et al. (2011).

GRÁFICO 4: PERÍODO EM CURSO



Fonte: Elaboração própria

4.2 Percepções sobre a importância e o estímulo ao empreendedorismo na formação jurídica

Nesta seção, analisa-se a percepção dos estudantes de Direito de Mossoró-RN sobre a importância do empreendedorismo na formação acadêmica e profissional. Os dados foram coletados por meio das perguntas 20 a 24 do questionário, abordando desde o reconhecimento da relevância do tema até a intenção de empreender no futuro.

A totalidade dos participantes (100%) afirmou considerar o empreendedorismo uma competência importante para a formação jurídica. Este dado reflete uma compreensão consolidada da necessidade de desenvolver habilidades empreendedoras no curso de Direito, tradicionalmente voltado para carreiras públicas e conservadoras. A unanimidade nesse aspecto revela uma mudança de mentalidade entre os discentes, que demonstram crescente abertura para formas alternativas de inserção profissional.

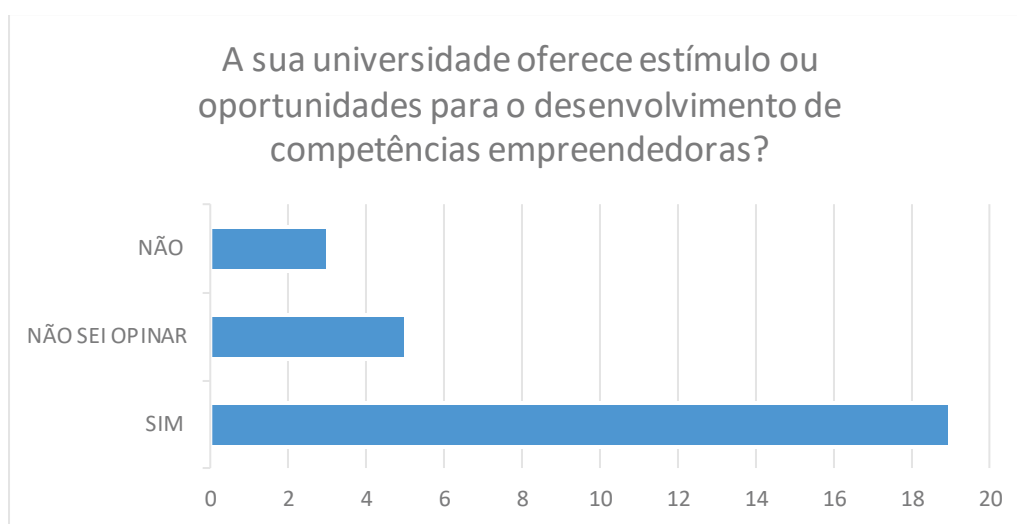
Ao serem questionados sobre a existência de estímulo institucional ao desenvolvimento de competências empreendedoras, 70,4% dos respondentes reconheceram que sua universidade oferece esse tipo de incentivo. Por outro lado, 18,5% afirmaram não saber opinar e 11,1% consideraram que não há estímulo por parte da instituição, conforme o gráfico 5.

Os dados revelam uma percepção majoritariamente positiva quanto ao apoio institucional, embora ainda haja uma parcela de estudantes que desconhece ou não

identifica claramente essas iniciativas, o que reforça a importância de torná-las mais visíveis e acessíveis.

Embora a maioria dos estudantes reconheça os estímulos institucionais ao empreendedorismo, esses incentivos ainda podem ser mais fortalecidos, já que as Empresas Juniores seguem ocupando um espaço restrito no ambiente universitário. Estudos apontam entraves como a rigidez curricular, a burocracia na gestão acadêmica, a falta de infraestrutura e a sobrecarga docente como fatores que dificultam a expansão do empreendedorismo acadêmico (Sousa; Florêncio, 2023).

GRÁFICO 5: ESTÍMULOS UNIVERSITÁRIOS



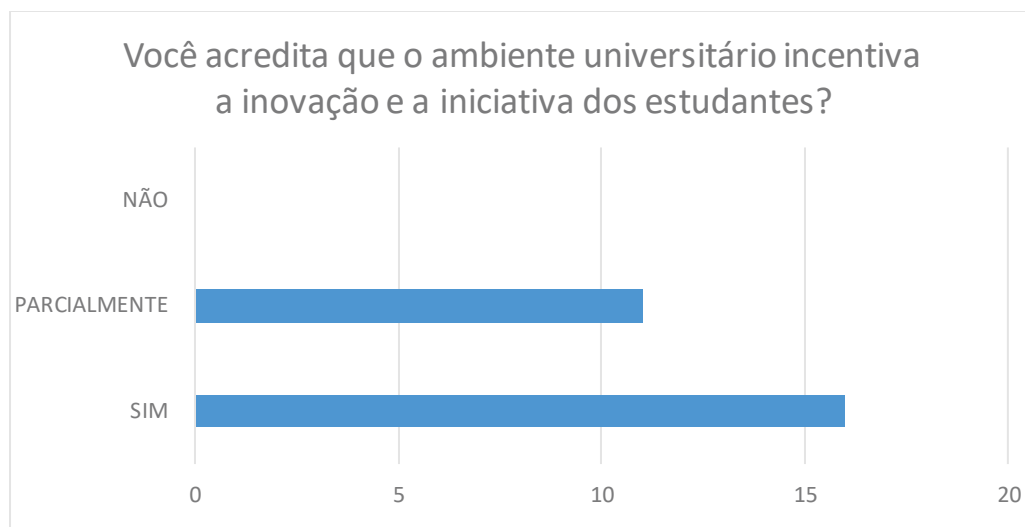
Fonte: Elaboração própria

O gráfico 6 trata acerca do incentivo à inovação e à iniciativa dos estudantes, 59,3% dos entrevistados responderam afirmativamente, enquanto 40,7% classificaram esse incentivo como parcial. Nenhum estudante respondeu negativamente. Tal resultado sugere um ambiente universitário relativamente propício à criatividade e à autonomia estudantil, embora ainda haja margem para a ampliação de espaços que estimulem a iniciativa e o protagonismo dos discentes.

Essa percepção está alinhada à importância do empreendedorismo acadêmico como ferramenta de formação prática e crítica, que promove a autonomia e a capacidade de resolver problemas (Dornelas, 2023; Rocha et al., 2024). No entanto, apesar do potencial das Empresas Juniores e de iniciativas de extensão, o ensino jurídico tradicional ainda enfrenta desafios para incorporar plenamente essas práticas inovadoras, devido à

rigidez curricular e à predominância de um modelo pedagógico voltado ao conteúdo normativo (Grisi, 2016; Vasconcelos, 2019).

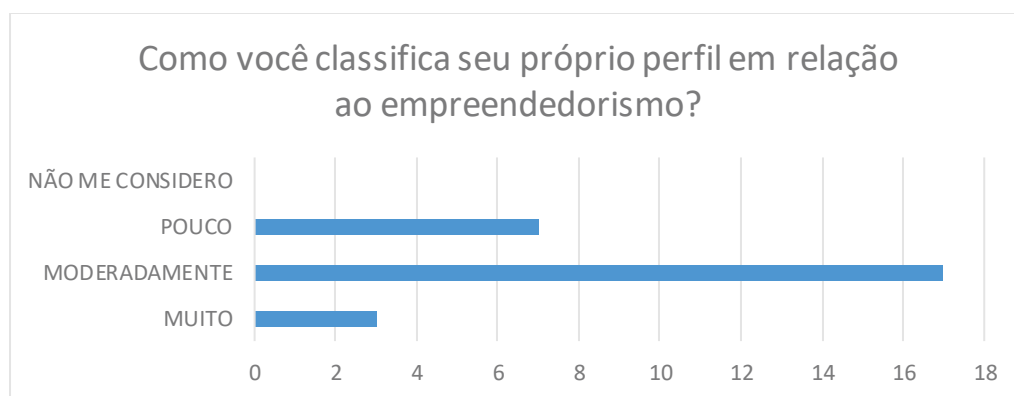
GRÁFICO 6: INCENTIVO À INOVAÇÃO



Fonte: Elaboração própria

Ao avaliar seu próprio perfil empreendedor, 63% dos estudantes se classificaram como moderadamente empreendedores, 26% como pouco empreendedores e apenas 11% se consideraram muito empreendedores. Nenhum dos respondentes afirmou não se considerar empreendedor. Esses números, visualizados no gráfico 7, indicam uma percepção mediana quanto ao próprio potencial, o que pode estar relacionado à ausência de experiências práticas ou de capacitação voltada para o empreendedorismo jurídico. Ainda assim, a ausência de respostas negativas sinaliza que os estudantes, em maior ou menor grau, reconhecem em si alguma capacidade empreendedora.

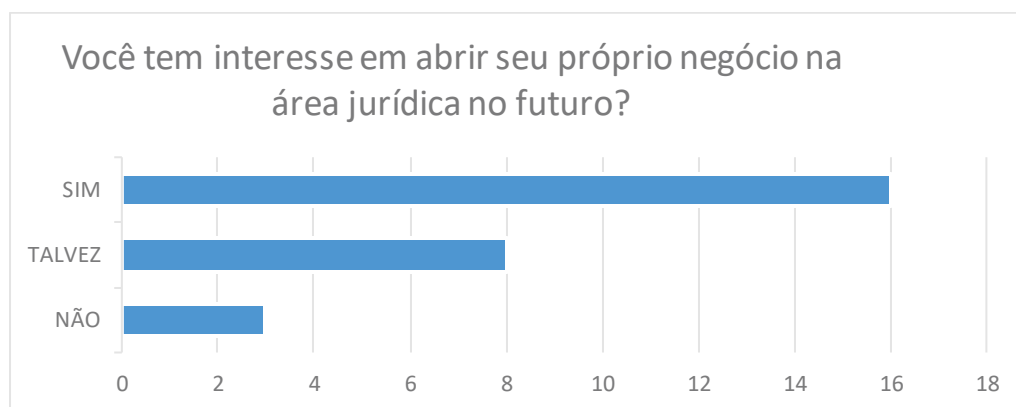
GRÁFICO 7: PERFIL EMPREENDEDOR



Fonte: Elaboração própria

Por fim, o gráfico 8 demonstra que 59,3% dos participantes expressaram interesse em abrir seu próprio negócio na área jurídica no futuro, enquanto 29,6% demonstraram indecisão e 11,1% afirmaram não ter essa intenção. Esse dado confirma a existência de uma disposição significativa ao empreendedorismo por parte dos estudantes, o que reforça a importância de fomentar uma cultura empreendedora ainda durante a formação acadêmica.

GRÁFICO 8: PRÓPRIO NEGÓCIO



Fonte: Elaboração própria

De forma geral, os resultados demonstram que os estudantes de Direito de Mossoró possuem uma percepção positiva quanto ao empreendedorismo e reconhecem seu valor no contexto da formação jurídica. No entanto, também revelam que há desafios a serem enfrentados pelas instituições de ensino, especialmente no que diz respeito à oferta de oportunidades concretas, experiências práticas e orientação voltada ao desenvolvimento de competências empreendedoras.

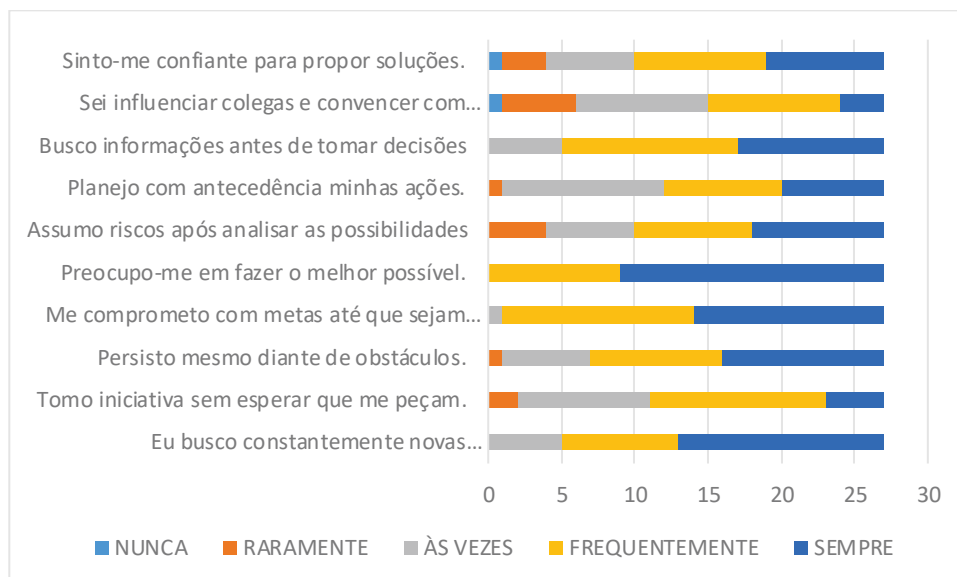
Portanto, embora os estudantes reconheçam os estímulos oferecidos pelas universidades, é evidente que há espaço para fortalecer essas iniciativas. A implementação de políticas institucionais mais flexíveis e o investimento em infraestrutura são fundamentais para ampliar o alcance e a efetividade do empreendedorismo acadêmico, alinhando-se às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e destaca a importância da extensão universitária como função essencial das instituições de ensino superior.

4.3 Nível de desenvolvimento de características comportamentais empreendedoras

Quanto à mensuração do nível de desenvolvimento das características comportamentais empreendedoras (CCE) entre os estudantes de Direito participantes, o gráfico 9 foi elaborado de acordo com autores trabalhados no texto.

Com base na teoria proposta por David McClelland (1961), foram analisadas dez afirmações que refletem comportamentos relacionados ao empreendedorismo, avaliadas em uma escala de frequência de cinco pontos (de “nunca” a “sempre”).

GRÁFICO 9: CARACTERÍSTICAS COMPORTAMENTAIS EMPREENDEDORAS



Fonte: Elaboração própria

A seguir, os resultados são organizados conforme as dimensões comportamentais propostas por McClelland, agrupadas nos eixos: realização, planejamento e poder. Conforme tabela abaixo:

Quadro 2: Características Comportamentais Empreendedoras

Característica	Descrição
Realização	
Busca de oportunidades e iniciativa	Faz as coisas antes de solicitado ou das circunstâncias, age para expandir o negócio à novas áreas e aproveita oportunidades fora do comum.

Persistência	Age diante de um obstáculo, muda de estratégia a fim de enfrentar um desafio e faz sacrifício pessoal ou desenvolve um esforço extraordinário para completar uma tarefa.
Comprometimento	Assume responsabilidade pessoal pelo desempenho para atingir metas e objetivos; colabora com os empregados ou se coloca no lugar deles, esmera-se em manter os clientes satisfeitos e coloca em primeiro lugar a boa vontade a longo prazo, acima do lucro a curto prazo.
Exigência de qualidade e eficiência	Encontra maneiras de fazer as coisas melhor, mais rápido ou mais barato; age para satisfazer os outros ou exceder os padrões e desenvolve ou utiliza procedimentos para assegurar que o trabalho seja entregue a tempo.
Correr riscos calculados	Avalia alternativa e calcula riscos deliberadamente, age para reduzir os riscos ou controlar os resultados e coloca-se em situações desafiantes ou riscos moderados.
Planejamento	
Estabelecimento de metas	Estabelece metas e objetivos que são desafiantes e com significado pessoal, claros, específicos, de curto e longo prazo.
Planejamento sistemático	Planeja dividindo tarefas e subtarefas com prazos definidos; constantemente revisa seus planos, mantém registros financeiros e utiliza-os para tomar decisões.
Busca constante por informações relevantes	Dedica-se pessoalmente na obtenção de informações, investiga coisas necessária para realizar o que deseja e consulta especialista para obter assessoramento.
Poder	
Persuasão e formação de rede de contatos	Utiliza estratégias deliberadas para influenciar ou persuadir os outros; utiliza pessoas-chave para atingir objetivos, age para desenvolver e manter relações comerciais.
Independência e autoconfiança	Busca autonomia em relação a normas e controles de outros; mantém seu ponto de vista mesmo com oposição ou com resultados desanimadores; expressa confiança para completar uma tarefa difícil ou para enfrentar um desafio.

Fonte: Locatelli; Silveira; Barbacovi, (2017).

Realização

O eixo da realização abrange comportamentos relacionados à busca de oportunidades, iniciativa, persistência, comprometimento, exigência de qualidade e assunção de riscos calculados. As questões de número 10 a 15 do instrumento aplicado refletem essas dimensões.

Na questão 10, "*Eu busco constantemente novas oportunidades*", observa-se que 81,5% dos participantes marcaram "frequentemente" ou "sempre", demonstrando forte inclinação à proatividade e identificação de oportunidades. A tomada de iniciativa também aparece como traço presente, embora em menor intensidade: na questão 11, 59,2% afirmam agir com frequência ou sempre sem esperar solicitações, enquanto 33,3% marcaram "às vezes", o que pode indicar espaço para desenvolvimento dessa característica.

Em relação à persistência (questão 12), 74% dos respondentes se identificaram com comportamentos persistentes mesmo diante de obstáculos. Já o comprometimento (questão 13) destacou-se como uma das características mais consolidadas: 96,3% dos participantes marcaram "frequentemente" ou "sempre", revelando forte senso de responsabilidade com metas e objetivos.

A exigência de qualidade também obteve destaque. Na questão 14, "*Preocupo-me em fazer o melhor possível*", todos os respondentes marcaram as opções superiores da escala (frequentemente ou sempre), sendo 66,6% na opção "sempre".

Por fim, a disposição para correr riscos calculados (questão 15) foi reconhecida por 62,9% dos participantes, o que indica uma percepção relativamente positiva sobre a importância do planejamento e da avaliação antes de assumir desafios. No entanto, cerca de 37% dos respondentes marcaram opções inferiores da escala, o que pode refletir certa resistência ou cautela excessiva diante de situações incertas.

Esse dado sugere que, embora muitos estudantes demonstrem abertura a riscos moderados, ainda há um grupo significativo que prefere se manter em zonas de maior segurança, o que pode limitar, em certa medida, a expressão de comportamentos inovadores e empreendedores.

De acordo com Dornelas (2023), o empreendedor de sucesso é aquele que assume riscos de forma consciente e calculada, avaliando previamente as possibilidades antes de tomar decisões. A ausência dessa disposição, portanto, pode limitar a iniciativa e reduzir a capacidade de inovar e empreender em ambientes dinâmicos e incertos.

Esses resultados reforçam a predominância de comportamentos relacionados à realização entre os membros das Empresas Juniores analisadas, com especial destaque para o comprometimento, a preocupação com a qualidade e a busca por oportunidades, características fundamentais ao perfil empreendedor.

Planejamento

O segundo eixo comportamental avaliado refere-se ao planejamento, englobando o estabelecimento de metas, a organização prévia de tarefas e a busca ativa por informações. A questão 16, "*Planejo com antecedência minhas ações*", apresentou uma distribuição relativamente equilibrada: 55,5% dos participantes afirmaram adotar esse comportamento com frequência ou sempre, enquanto 40,7% responderam "às vezes".

Este dado sugere que o hábito de planejar ainda não está plenamente consolidado entre os estudantes participantes do estudo. Embora o planejamento faça parte da rotina de uma parcela significativa dos respondentes, muitos ainda não desenvolvem práticas sistemáticas.

Por outro lado, a questão 17, "*Busco informações antes de tomar decisões*", obteve 81,4% de respostas nas categorias superiores da escala, evidenciando uma forte inclinação à tomada de decisão fundamentada.

Essa discrepância entre os dois itens pode indicar que os estudantes reconhecem a importância da informação no processo decisório, mas ainda não a integram de forma plenamente estruturada aos seus processos de planejamento.

Segundo Dolabela (2023), o comportamento empreendedor envolve não apenas a capacidade de buscar dados relevantes, mas também de transformar essas informações em planos de ação concretos e bem definidos. Assim, observa-se que os participantes demonstram potencial empreendedor significativo, mas que pode ser aprimorado por meio de experiências práticas que incentivem a gestão do tempo, o planejamento estratégico e o controle de metas.

Poder

As duas últimas questões avaliam o eixo de poder, que envolve a capacidade de persuasão, formação de rede de contatos, autoconfiança e independência.

A questão 18, "*Sei influenciar colegas e convencer com argumentos*", apresentou os menores índices de resposta nas categorias superiores da escala: apenas 44,4% assinalaram "frequentemente" ou "sempre", enquanto 33,3% indicaram "às vezes" e

22,2% “raramente” ou “nunca”. Isso sugere que as habilidades de influência e persuasão ainda não estão plenamente desenvolvidas entre parte dos estudantes.

A questão 19, *"Sinto-me confiante para propor soluções"*, também mostrou um cenário intermediário: 62,9% indicaram sentir-se confiantes com frequência ou sempre, mas 22,2% marcaram “às vezes” e 11,1% “raramente” ou “nunca”. Ainda que a autoconfiança esteja presente, os dados indicam que há espaço para o fortalecimento desse comportamento.

Portanto, os dados apontam que os estudantes de Direito de Mossoró-RN envolvidos em Empresas Juniores demonstram um bom nível de desenvolvimento em características ligadas à realização, como comprometimento e persistência, mas níveis mais moderados nas dimensões de planejamento estratégico e poder de influência.

Essa configuração é compatível com o perfil de um público jovem em formação, que já possui atitudes empreendedoras bem consolidadas em aspectos operacionais, mas ainda necessita de vivências práticas que estimulem a liderança, a tomada de decisão e a autonomia em contextos desafiadores. Tais aspectos reforçam a importância das Empresas Juniores como espaços privilegiados para a consolidação dessas competências, conforme defendem Pinho et al. (2011) e Garcia et al. (2012).

4.4 Contribuições das Empresas Juniores para o desenvolvimento de competências empreendedoras

A análise da quarta dimensão da pesquisa buscou compreender de que forma a participação em Empresas Juniores contribui para o desenvolvimento de competências empreendedoras entre os estudantes de Direito de Mossoró-RN. Os dados obtidos revelam percepções positivas e consistentes quanto aos impactos dessa vivência prática na formação profissional dos discentes.

Inicialmente, os participantes foram questionados sobre a função que desempenharam ou desempenham dentro da Empresa Júnior. A maioria atuou como membro (18 estudantes), enquanto 8 ocuparam cargos de direção e apenas 1 selecionou a opção “outro”.

A maioria dos estudantes atuou como membro, o que indica participação nas atividades da Empresa Júnior, enquanto poucos exerceram cargos de direção. Isso sugere que, embora a maioria tenha experiência prática, a vivência em funções de liderança é

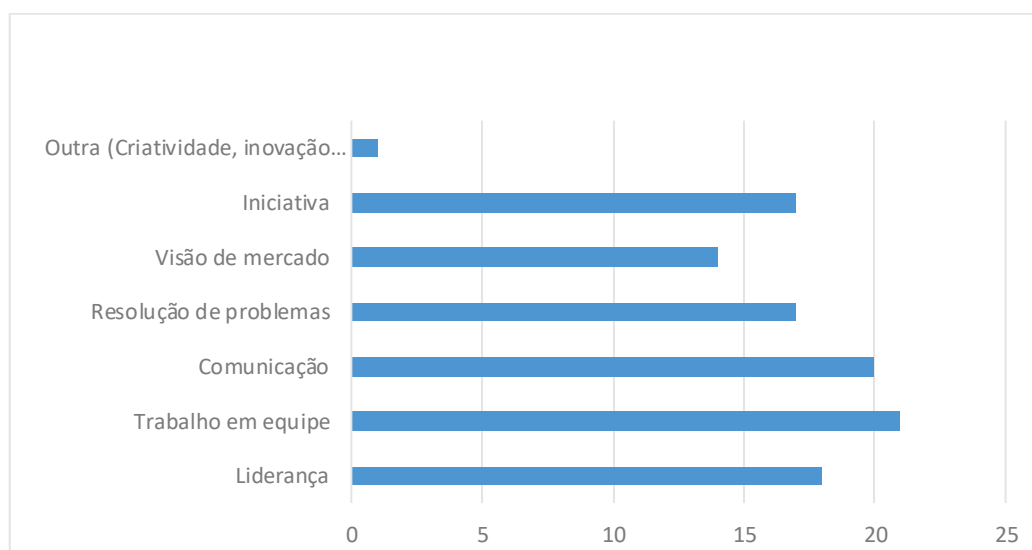
menos frequente, o que pode indicar uma oportunidade para ampliar o desenvolvimento de competências gerenciais entre os participantes.

Quando questionados sobre a contribuição da Empresa Júnior para seu desenvolvimento profissional, a maioria absoluta dos respondentes (22 estudantes) afirmou que essa participação contribuiu diretamente para sua formação. Apenas 4 apontaram contribuição parcial e apenas 1 estudante respondeu que a experiência não gerou impacto. Esse dado evidencia que a EJ é percebida como um espaço significativo de aprendizado, validação que dialoga com os apontamentos de Pinho et al. (2011), ao afirmar que essas organizações funcionam como laboratórios práticos para o exercício de competências essenciais à atuação no mercado.

Os dados relativos às competências desenvolvidas e apresentados no gráfico 10 confirmam essa percepção. As três competências mais mencionadas foram “trabalho em equipe” (21 respostas), “comunicação” (20) e “liderança” (18), seguidas por “resolução de problemas” (17), “iniciativa” (17) e “visão de mercado” (14). Esses resultados indicam que a atuação nas EJs estimula tanto habilidades interpessoais quanto estratégicas, fundamentais para a construção de um perfil empreendedor.

Ainda, uma resposta indicou desenvolvimento de outras competências, com menção a criatividade, inovação e responsabilidade, atributos igualmente essenciais para quem busca empreender no campo jurídico. Esses achados corroboram os estudos de Fillion (1997), que ressalta a importância da articulação entre visão de futuro, capacidade de mobilização de recursos e construção de redes de relacionamento como marcas do comportamento empreendedor.

GRÁFICO 10: DESENVOLVIMENTO DAS CARACTERÍSTICAS EMPREENDEDORAS



Fonte: Elaboração própria

Por fim, ao serem questionados se a experiência na EJ despertou ou fortaleceu o espírito empreendedor, 24 estudantes responderam afirmativamente, representando 88,9% do total. Apenas 2 responderam “não sei” e apenas 1 estudante afirmou que a experiência não impactou nesse sentido. Esse dado é especialmente relevante, pois demonstra que a vivência na Empresa Júnior não apenas desenvolve competências técnicas e comportamentais, mas também influencia diretamente a percepção do estudante sobre si mesmo como agente empreendedor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar o potencial empreendedor dos estudantes de Direito de Mossoró-RN a partir de sua participação em Empresas Juniores (EJs), buscando compreender como essa vivência contribui para sua formação acadêmica e profissional. Com base nos dados coletados e na análise realizada, concluiu-se que o objetivo foi plenamente atingido.

Os resultados revelaram que os estudantes participantes demonstram um perfil jovem, majoritariamente feminino, e com elevada valorização do empreendedorismo no contexto da formação jurídica. A vivência nas EJs foi amplamente reconhecida como um diferencial formativo, capaz de fomentar competências empreendedoras, atitudes proativas e visão crítica sobre o mercado jurídico.

A pesquisa permitiu identificar o perfil sociodemográfico e acadêmico dos estudantes envolvidos, revelando predominância de alunas entre 21 e 25 anos, especialmente nos períodos iniciais do curso e em instituições públicas, o que indica um interesse precoce por experiências empreendedoras e extracurriculares. Também foi possível avaliar que os estudantes reconhecem a importância do empreendedorismo na formação em Direito, embora parte deles ainda perceba carência de estímulo institucional mais claro e acessível.

A análise do nível de desenvolvimento das características comportamentais empreendedoras (CCE) evidenciou um destaque significativo para o eixo da realização, com comportamentos fortemente consolidados como comprometimento, persistência e busca por qualidade. Por outro lado, os domínios de planejamento e poder apresentaram níveis mais moderados, sobretudo em aspectos como autoconfiança, influência e

planejamento sistemático, demonstrando que ainda há espaço para crescimento e amadurecimento dessas competências.

A vivência nas Empresas Juniores mostrou-se fundamental nesse processo, especialmente por proporcionar o desenvolvimento de habilidades como liderança, iniciativa, trabalho em equipe, comunicação e resolução de problemas. Os próprios estudantes reconheceram que essa experiência fortaleceu ou despertou seu espírito empreendedor, confirmando o papel transformador das EJs na construção de um perfil profissional mais autônomo, inovador e adaptado aos desafios contemporâneos do campo jurídico.

Diante disso, reafirma-se a relevância das Empresas Juniores como ferramentas pedagógicas eficazes no fortalecimento da formação empreendedora no curso de Direito. Além disso, os dados reforçam a importância de políticas institucionais que estimulem ambientes mais abertos à inovação, à experimentação e à integração entre teoria e prática. Ampliar essas iniciativas pode contribuir para uma formação mais completa e alinhada com as novas demandas do mercado jurídico.

Destaca-se como limitação da presente pesquisa o seu recorte temporal, uma vez que os dados coletados refletem percepções e experiências dos estudantes em um momento específico — o ano de 2025. Considerando que o cenário acadêmico e o próprio funcionamento das Empresas Juniores estão sujeitos a transformações ao longo do tempo, é possível que novas dinâmicas, práticas pedagógicas ou políticas institucionais venham a influenciar de forma distinta o desenvolvimento das competências empreendedoras nos cursos de Direito. Assim, os resultados aqui apresentados devem ser compreendidos à luz desse contexto específico.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação do estudo para outras regiões do país, bem como a realização de análises comparativas entre ambientes universitários públicos e privados. Essa separação poderá evidenciar diferenças nas condições de incentivo ao empreendedorismo acadêmico, permitindo identificar fatores institucionais que influenciam o desenvolvimento das competências empreendedoras. Além disso, sugere-se a adoção de abordagens longitudinais ou a repetição da investigação em diferentes períodos, a fim de captar possíveis evoluções, permanências ou mudanças nas experiências empreendedoras vivenciadas pelos estudantes ao longo dos anos, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e contextualizada do potencial empreendedor entre estudantes do curso de Direito.

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, D. K.; BAGGIO, A. M. *Empreendedorismo: conceitos e definições*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: <https://sites.uel.br/aintec/wp-content/uploads/2023/02/Empreendedorismo-Conceitos-e-definicoes-1.pdf>.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 2014, 151, n. 120, p. 1-7, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm.
- BRASIL. Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016. Dispõe sobre a criação e a organização de Empresas Juniores. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 07 abr. 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. *Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas – ano base 2023*. Brasília: INEP, 2024.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.
- CASSIANO, G. et al. As contribuições da aprendizagem organizacional para o fomento do empreendedorismo a partir de uma empresa júnior do Recôncavo da Bahia. *Revista Formadores*, v. 15, n. 2, 2022. DOI: 10.25194/rf.v15i2.1538. Disponível em: <https://adventista.emnuvens.com.br/formadores/article/view/1538>.
- CHIAVENATO, I. *Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- CRUZ, M. T. S.; MORAES, I. M. M. de. Empreendedorismo e resiliência: mapeamento das competências técnicas e comportamentais exigidas na atualidade. *Pensamento & Realidade*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 59–75, 2013. Disponível em: <https://www.pucsp.br/prpoc/revista-pensamento>.
- DEGEN, R. J. *O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.
- DOLABELA, F. *O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa*. 34. ed. São Paulo: Editora Sextante, 2023.
- DORNELAS, J. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. Ebook. ISBN 9786559774531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774531>.
- D’OTTAVIANO, C.; BASSANI, J. Extensão universitária: parceria e formação. *Masquedós – Revista de Extensión Universitaria*, Tandil, v. 7, n. 7, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/7022/702273133009/html/>.

ETZKOWITZ, H. *The Triple Helix: university-industry-government innovation in action*. London: Routledge, 2009.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999.

FONSECA, F.; NASSIF, M. E. Informação e empreendedorismo: estudos de caso com acadêmicos brasileiros e canadenses. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 27, n. 4, p. 167–195, out./dez. 2022. DOI: 10.1590/1981-5344/42029.

GARCIA, et al. Empreendedorismo acadêmico no Brasil: uma avaliação à criação de empresas por alunos universitários. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v. 1, n. 3, 2012.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONGALVES, M. M. D. Ações de apoio ao empreendedorismo e à relação universidade-empresa desenvolvidas pelo Núcleo de Inovação Tecnológica da Universidade Federal de São João del-Rei. *Research, Society and Development*, v. 11, n.3, p. e45311326661, 2022.

GRISI, C. M. R. de S. Empreendedorismo jurídico: novos caminhos profissionais. *Revista de Direito das Faculdades Integradas Vianna Júnior*, v. 7, n. 1, 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOCATELLI, Débora Regina Schneider; SILVEIRA, Marco Antonio Pinheiro da; BARBACOV, Naira Elizabete. Características comportamentais empreendedoras e sua importância na atuação profissional. *Pretexto*, Belo Horizonte, v. 18, n. 4, p. 100–113, out./dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21714/pretexto.v18i4.5112>.

MARTINS, C. B. Universidade empreendedora: um novo paradigma para o ensino superior? *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 37, n. 3, p. 955, set./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237030009>.

MCCLELLAND, D. C. *The achieving society*. Princeton, NJ: Van Nostrand, 1961.

MIRI, Daniel Hank; MACKE, Janaina. Ecossistema de inovação e teoria das trocas sociais: uma revisão da literatura. *Revista Eletrônica de Administração*, [S. l.], v. 30, n. 2, 2024. Disponível em: <https://seer.ufg.br/index.php/read/article/view/133325>.

OLIVEIRA, J. R. C. de; SILVA, W. A. C.; ARAÚJO, E. A. T. Características comportamentais empreendedoras em proprietários de MPEs longevas do Vale do Mucuri e Jequitinhonha/MG. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 15, n. 5, p. 102–139, out. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1678-69712014/administracao.v15n5p102-139>.

PINHO, M. I.; CUNHA, S. V.; CUNHA, M. M. de O. Empresas Juniores: uma abordagem educacional para o desenvolvimento do empreendedorismo. *Revista de Administração da UFSM*, v. 4, n. 2, 2011.

QUARESMA, et al. MODELOS DE HÉLICES TRIPLA, QUÁDRUPLA E QUÍNTUPLA: O PAPEL DAS UNIVERSIDADES. *SciELO Preprints*, 2024. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.8086.

ROCHA, A. C. S. et al. As mulheres nas carreiras jurídicas: desafios da construção e permanência da igualdade de gênero. In: BRABO, T. S. A. M. (Org.). *Direitos Humanos, gênero, cidadania e educação*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 447-467. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-279-6.p447-467>.

ROCHA, A. R. S.; BATISTA DOS SANTOS, A. C. Relações entre as atuais vivências no mercado formal de trabalho e as experiências anteriores em empresas juniores, à luz da psicodinâmica do trabalho. *Revista Administração em Diálogo – RAD*, v. 23, n. 1, p. 26–38, 2021. DOI: 10.23925/2178-0080.2021v23i1.47639. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rad/article/view/47639>.

ROCHA, L. F. et al. University entrepreneurship: evaluation of the profile of the junior company movement in a federal institution of higher education in the Amazon. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, p. e57984787, 2020. DOI: 10.33448/rsd.v9i8.4787. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4787>.

ROCHA, L. M. et al. Empreendedorismo acadêmico: uma experiência de empreender na pós-graduação. *Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 3, p. e3512, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n3-230. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/3512>.

SILVA, Í. G. M. dos S. da; SILVA, E. R. da. Empreendedorismo e o impacto das práticas de inovação. *Revista Contemporânea*, v. 5, n. 1, e7171, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56083/RCV5N1-004>.

SOUSA, R. M. de; FLORENCIO, M. N. da S. Empreendedorismo acadêmico à brasileira: revisão sistemática e insights de pesquisa no período de 2017 a 2021. *Revista de Gestão e Análise – ReGeA*, Fortaleza, v. 12, n. 1, p. 103-120, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12662/2359-618xregea.v12i1.p103-120.2023>.

UEL. *Empreendedorismo: conceitos e definições*. Disponível em: <https://sites.uel.br/aintec/wp-content/uploads/2023/02/Empreendedorismo-Conceitos-e-definicoes-1.pdf>.

VASCONCELOS, B. F. dos S. *Empreendedorismo nas instituições de ensino superior e a preparação dos bacharéis em Direito para o mercado empreendedor no município de Palmas-TO*. 2019. 76 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019. Disponível em: <https://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/1807/1/Bruna%20Ferreira%20dos%20Santos%20>

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Título da pesquisa:

Empreendedorismo Acadêmico nas Empresas Juniores de Direito: Análise do Potencial Empreendedor dos Estudantes de Direito de Mossoró-RN

Prezada(o) participante,

Este questionário tem como objetivo analisar o potencial empreendedor dos estudantes de Direito de Mossoró-RN, com foco na atuação em Empresas Juniores. As respostas são anônimas e confidenciais, e serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

Agradecemos sua colaboração!

Parte 1 – Perfil do Respondente

1. Gênero:

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Prefiro não informar
- ☐ Outro: _____

2. Idade:

- ☐ Até 20 anos
- ☐ 21 a 25 anos
- ☐ 26 a 30 anos
- ☐ Acima de 30 anos

3. Instituição de ensino que você estuda:

- ☐ UFERSA
- ☐ UERN
- ☐ Unicatólica
- ☐ Outra: _____

4. Período do curso:

- ☐ 4º ao 6º período
- ☐ 7º ao 10º período

5. Você já participou ou participa de uma Empresa Júnior?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Parte 2 – Experiência com Empresas Juniores

6. Qual é ou foi sua função dentro da Empresa Júnior?

- ☐ Membro
- ☐ Coordenador(a)
- ☐ Diretor(a)
- ☐ Outro: _____

7. A participação na EJ contribuiu para seu desenvolvimento profissional?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não

8. Quais competências você considera que desenvolveu durante sua experiência em EJ? (Marque todas que se aplicam)

- ☐ Liderança
- ☐ Trabalho em equipe
- ☐ Comunicação
- ☐ Resolução de problemas
- ☐ Visão de mercado
- ☐ Iniciativa
- ☐ Outras: _____

9. Você considera que essa experiência despertou ou fortaleceu seu espírito empreendedor?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

Parte 3 - Características Comportamentais Empreendedoras (CCE)

Legenda: 1 = Nunca | 2 = Raramente | 3 = Às vezes | 4 = Frequentemente | 5 = Sempre

- 10. Eu busco constantemente novas oportunidades. [1 2 3 4 5]
- 11. Tomo iniciativa sem esperar que me peçam. [1 2 3 4 5]
- 12. Persisto mesmo diante de obstáculos. [1 2 3 4 5]
- 13. Me comprometo com metas até que sejam concluídas. [1 2 3 4 5]
- 14. Preocupo-me em fazer o melhor possível. [1 2 3 4 5]
- 15. Assumo riscos após analisar as possibilidades. [1 2 3 4 5]
- 16. Planejo com antecedência minhas ações. [1 2 3 4 5]
- 17. Busco informações antes de tomar decisões. [1 2 3 4 5]
- 18. Sei influenciar colegas e convencer com argumentos. [1 2 3 4 5]
- 19. Sinto-me confiante para propor soluções. [1 2 3 4 5]

Parte 4 – Percepção sobre Empreendedorismo Acadêmico

20. Você considera o empreendedorismo uma competência importante para a formação em Direito?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei opinar

21. A sua universidade oferece estímulo ou oportunidades para o

desenvolvimento de competências empreendedoras?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sei

22. Você acredita que o ambiente universitário incentiva a inovação e a iniciativa dos estudantes?

- ☐ Sim
- ☐ Parcialmente
- ☐ Não

23. Como você classifica seu próprio perfil em relação ao empreendedorismo?

- ☐ Muito empreendedor(a)
- ☐ Moderadamente empreendedor(a)
- ☐ Pouco empreendedor(a)
- ☐ Não me considero empreendedor(a)

24. Você tem interesse em abrir seu próprio negócio na área jurídica no futuro?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Talvez

Agradecemos sua participação!

Caso tenha dúvidas, entre em contato com a pesquisadora responsável.